



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

FORMAÇÃO DOCENTE NO CONTEXTO DA PUBLICIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: uma análise no município de Brumado – BA.

JÁDSON FÁBIO DE ARAÚJO MARQUES ¹

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

FÁBIO MANSANO DE MELLO²

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB

Resumo

Este trabalho tem por objetivo demonstrar como o município de Brumado – BA tem gerenciado, ao longo dos últimos anos, a formação docente no âmbito da educação pública municipal. Para isto, a pesquisa adota como procedimento metodológico a análise de legislação municipal e de editais de licitação publicados nos veículos oficiais de comunicação da prefeitura. Traz uma perspectiva de análise que se apoia no Materialismo Histórico Dialético e uma concepção de que o Estado se organiza em torno dos interesses de classe. Ao avaliar a formação docente no âmbito municipal, a pesquisa demonstra que esta política tem sido promovida pela prefeitura através de contratação direta de empresas privadas para a oferta de cursos e treinamentos para professores. O trabalho conclui pela necessidade de maior participação dos profissionais de educação nos processos de definição de sua formação, pois há no município uma opção política pela adoção de uma lógica gerencial, marcada pela publicização da educação enquanto direito social.

Palavras-chave: Publicização – Formação Docente – Educação.

Introdução

O termo publicização faz parte da proposta de reforma gerencial do Estado brasileiro conduzida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1995. A publicização envolve a transferência para o setor público não-estatal dos serviços sociais e científicos que o Estado presta (Bresser-Pereira, 1998, p. 90). Neste contexto, a propriedade pública não-estatal implica na necessidade da atividade ser controlada de forma mista pelo mercado, pelo Estado, e principalmente pela sociedade (Bresser-Pereira, 1998, p.25).

Os serviços sociais abrangem basicamente a educação, saúde e assistência social. Estes serviços, no contexto de um Estado gerencial, não compõem o seu núcleo estratégico, nem suas atividades exclusivas, além de não visarem o lucro, mas são de alta relevância para os direitos

¹ Doutorando em Memória Linguagem e Sociedade, PPGMLS/UESB. Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, Campus Brumado. Bolsista CAPES.

² Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade, PPGMLS/UESB. Professor do Programa de Pós-Graduação em Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

humanos. Logo, estas atividades deveriam ser financiadas pelo Estado, mantendo o seu caráter público, mas não demandando o seu controle direto, podendo ser gerenciadas por fundações públicas de direito privado, celebrando contratos de gestão com o poder executivo. Assim, A educação e os demais direitos sociais passam a ser geridos como forma de propriedade pública não-estatal, porém com financiamento público (Peroni, 2003).

Ao longo dos anos, várias reformas foram sendo implementadas, mas o modelo de publicização previsto no “Plano de Reestruturação e Melhoria da Gestão do MARE” (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) não se consolidou efetivamente. No entanto, as políticas educacionais foram sofrendo uma série de alterações, possibilitando que sua construção e gerenciamento tivessem cada vez mais a participação de empresas privadas, organizações sociais e não-governamentais.

Mesmo não tendo uma reforma efetiva que consolidasse a transferência dos direitos sociais para entidades públicas não-estatais, o Estado foi transferindo prestação de serviços indiretos e estabelecendo contratos com empresas e outras organizações, possibilitando uma menor centralidade estatal no controle e prestação destes direitos. Na educação, esta atuação pode ser vista, por exemplo, na contratação de serviços de transporte, alimentação escolar, na contratação de mão-de-obra, no fornecimento de materiais didáticos e na formação de professores.

É uma lógica que perpassa todos os entes federativos. No âmbito da União, se concentra a elaboração das diretrizes de gerais que serão seguidas por Estados e Municípios, além de centralizar a maior parte do financiamento, através de fundos públicos. Os Estados e municípios, além de ditar regras próprias, são os entes que congregam a execução destas políticas, estando responsáveis, além da arrecadação de impostos, pelo gerenciamento e aplicação de recursos na ponta, através da aplicação direta nas escolas, pagamento de salários e execução de suas políticas educacionais.

O objetivo deste trabalho é demonstrar como o município de Brumado – BA tem gerenciado, ao longo dos últimos anos, a formação docente no âmbito da educação pública municipal. Para isto, o trabalho adota como procedimento metodológico a análise de legislação municipal e de editais de licitação publicados nos veículos oficiais de comunicação da prefeitura. O trabalho é um recorte do projeto de pesquisa de doutorado do primeiro autor, que está estudando a mercantilização da educação e processo de trabalho a partir da memória da educação em tempo integral no município de Brumado – BA.

O texto está organizado numa perspectiva de análise que se sustenta no Materialismo



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Histórico Dialético, com foco numa dialética materialista marxiana que pensa a história das sociedades a partir de sua produção material de existência e suas ideologias resultantes do processo de contraposição entre classes sociais antagônicas (Pacífico, 2019). Compreende-se que a realidade é um permanente movimento (Paula, 1992), além de existir um nexo dialético manifesto entre epistemologia e história, por meio do qual a produção do conhecimento sempre está sujeita às contingências econômicas, políticas, sociais e culturais de sua época (Ferreira Jr., 2013).

A análise tem como premissa de que o Estado se organiza em torno de interesses de classe, apoiando-se na perspectiva marxista de que o Estado se concebe sobre dimensões políticas e econômicas, compreendendo-o como uma expressão essencial das relações de produção específicas do capitalismo, sendo, em última instância, um órgão da classe dominante (Ianni, 1980).

A pesquisa demonstra que a política municipal de formação docente reflete uma lógica neoliberal, que tem o gerencialismo como modelo de organização do Estado, onde os direitos sociais estão eivados de influência mercadológica, com uma participação cada vez menor do poder público no planejamento e execução das políticas públicas educacionais, principalmente no que tange à destinação dos recursos financeiros, visto que é cada vez maior a influência e contratação de empresas para prestação de serviços educacionais, subvertendo os princípios de uma educação democrática.

Aspectos da publicização na política de formação docente no município de Brumado - BA

A vinculação constitucional de um percentual de receitas de arrecadação de impostos para financiamento da educação entre os entes federativos, a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1996, substituído pelo Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), em 2007, além da criação de fundos estaduais e municipais de educação, possibilitaram a estabilidade e ampliação de recursos para financiamento da educação pública.

Apesar da parcela dos gastos públicos com educação em relação aos dados totais do governo terem diminuído de 11,2% para 10,6% entre 2015 e 2021 (Agência Brasil, 2024a), de 2013 a 2022, os gastos do governo com educação cresceram 8%, em valores já deflacionados, passando de 452 para 490 bilhões de reais (Agência pública, 2024b).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

A criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007, o Plano Nacional para a Educação para o decênio 2014/2024 (PNE), além dos Planos Municipais de Educação (PME) possibilitaram o estabelecimento de metas e estratégias que deram certa estabilidade e previsibilidade para o planejamento e execução de políticas públicas educacionais. Estas políticas, apesar de serem positivas, são dotadas de contradição, pois envolve algumas problemáticas, como o discurso e ações economicistas e a ênfase no pedagógico como resolutor de questões estruturais, além da falta de representatividade na elaboração destas políticas (Lima, 2020).

A ampliação e estabilização da aplicação de recursos na educação pública despertou em setores do mercado uma aproximação cada vez maior na organização e execução de políticas públicas relacionadas à área de educação. Para além da lógica econômica, se vê uma participação maior de Institutos e organizações sociais que tem direcionado as políticas educacionais no Brasil. Oliveira e Haddad (2001, p. 79), já indicavam que a sociedade civil é conduzida a colaborar diretamente com a oferta dos serviços educacionais, na lógica de diminuição das responsabilidades do Estado, seguindo uma lógica de publicização deste direito social.

Neste cenário de delineamento das políticas educacionais, a formação docente é um dos elementos essenciais para a consolidação dos objetivos de melhoria da educação pública. É evidente que há uma demanda de uma formação continuada com base na realidade escolar de modo a pensar a formação docente, como elemento na constituição da identidade profissional numa dimensão humana central (Oliveira, Foerste, 2023, p. 21). No entanto, esta questão também é moldada por interesses mercantilistas que perpassam as políticas educacionais.

Sendo os professores os principais executores das políticas educacionais, o delineamento de sua formação acaba assumindo uma centralidade na construção destas políticas. Algumas diretrizes para a formação de professores, como a BNC-formação e a BNC-formação continuada, são eivadas de contradições em seu processo de construção, demonstrando o jogo de interesses que perpassa as políticas educacionais. Ao analisar estas diretrizes, Rodrigues, Pereira e Mohr (2021, p. 32), apontam que

há uma tentativa de apagamento, por parte dos reformadores empresariais, daquilo que estava sendo paulatinamente construído pela área de pesquisa em Formação de Professores (mediante atuação de associações profissionais e científicas), de modo que há uma evidente ruptura entre o que é preconizado pela BNC-Formação e BNC-Formação Continuada e o que era ensinado em diretrizes anteriores.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

O município de Brumado fica localizado na região do Centro Sul Baiano, com uma população, em 2022, de 70.510 habitantes. Os dados educacionais do município disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apontam que, em 2022, a taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade era de 99,19%. Na comparação com outros municípios do estado, ficava na posição 170 de 417. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava na posição 2475 de 5570. Em relação ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), no ano de 2023, o IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental na rede pública era 5,9 e para os anos finais, de 5,5. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 33 e 6 de 417. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 2578 e 729 de 5570 (IBGE, 2025).

No Plano Municipal de Educação do município de Brumado (Brumado, 2015) a formação docente aparece distribuídas entre algumas metas. Na meta 2, que abrange a qualificação do atendimento prestado na educação infantil, há a previsão de um programa de formação em serviço dos profissionais efetivos de educação infantil, com a colaboração da União e do Estado, com meta de que em cinco anos todos os dirigentes e professores dessas instituições tenham formação superior.

Já na meta 5, que trata qualificação do atendimento prestado na educação fundamental, prevê-se seja garantida a participação dos professores da rede municipal, em programas de formação continuada de professores alfabetizadores. A meta 12 prevê a qualificação do atendimento para a Educação do Campo, onde deverá ser assegurada formação continuada aos professores que atuam na educação do campo, contemplando suas questões específicas e relevantes.

Entre as metas e estratégias dos profissionais da educação, há a previsão de garantia de formação continuada aos profissionais da educação, oferecendo-lhes cursos de aperfeiçoamento, inclusive de novas tecnologias da informação e comunicação, voltadas para a prática profissional por eles exercida, promover formação profissional específica para professores da Educação de Jovens e Adultos, além de garantir que a avaliação do desempenho profissional esteja vinculada às políticas públicas de formação, de aperfeiçoamento e atualização pedagógica para a melhoria contínua do sistema educacional e valorização profissional. Além disso, uma das estratégias é utilizar a avaliação periódica da atuação dos professores, como subsídio à definição de necessidades e características dos cursos de formação continuada.

Já a Lei Orgânica Municipal de Brumado (Brumado, 2004) dispõe, em seu artigo 84, §



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

1º, que o município proporcionará aos seus servidores, oportunidades de crescimento profissional através de programas de formação de mão-de-obra, aperfeiçoamento e reciclagem. O art. 184 traz a possibilidade de oferta de bolsas de estudo, destinadas a estudantes do interior do município, com vistas à formação de professores para o exercício do magistério na zona rural.

A formação docente ainda é tema, na legislação municipal, do Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Profissionais da Educação (Lei 1.780/2016), sendo um princípio básico da carreira a qualificação profissional e o aperfeiçoamento continuado (Brumado, 2016). Além disso, o Decreto Municipal 6.104/2023, dispõe que o corpo docente e demais profissionais que atuam nas escolas em tempo integral devem participar do Programa de Formação Continuada Municipal, oferecido para o fortalecimento do trabalho docente e para o desenvolvimento de atividades específicas da extensão do tempo escolar (Brumado, 2023).

Apesar do arcabouço legislativo que fundamenta a inclusão e valorização de uma política de formação docente no município de Brumado, não há evidências sobre o gerenciamento, nem indícios de participação da comunidade escolar, principalmente dos próprios professores, na construção de uma política pautada nas necessidades de uma educação pública alicerçada em bases democráticas. Essa verificação demandaria uma necessidade de pesquisa de campo mais aprofundada, o que não é o objetivo deste trabalho.

Ressalta-se que a participação coletiva é fundamental nestes processos. Casagrande (2021, p. 162), ao discorrer sobre gestão democrática e formação de professores, aponta que

é fundamental repensarmos a Educação Superior quanto à formação de professores, por meio de um processo participativo e democrático, que problematize as variáveis de cunho ideológico ligadas às questões afetas à atuação dos formadores de professores e suas competências profissionais, como a regulação que se fecha em si e a sua importância no estímulo às ações que contribuam para as relações democráticas na escola, rumo à busca de alternativas que viabilizem uma sociedade menos excludente e com possibilidades efetivas de participação, na qual a gestão democrática seja uma realidade.

O suporte documental encontrado para a realização deste trabalho demonstra que a oferta de formação inicial e continuada para os docentes do município de Brumado tem seguido uma lógica nacional pautada na publicização do direito social à educação, tanto na anterior, como na atual gestão municipal iniciada neste ano de 2025. A Prefeitura Municipal tem publicado editais de licitação que tem por objeto a contratação de empresas privadas para oferta de cursos e treinamentos para a formação de professores e gestores educacionais, além de



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

publicação de editais para contratação de empresas especializadas na confecção de materiais didáticos para preparação de estudantes para exames nacionais, editais estes que abrangem também o treinamento de professores para trabalhar com estes materiais didáticos e acessos a ambientes virtuais de aprendizagem.

Estes documentos, além de demonstrar uma lógica privatizante da formação docente, indica que não há uma gestão democrática na escolha dos cursos ofertados, visto que, além da falta de uma determinação expressa no arcabouço legislativo municipal, na análise das justificativas dos editais de licitação, resta evidenciado que esta política tem se fundamentado em bases legais de obrigatoriedade de oferta, como art. 62, § 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, resoluções do Conselho Nacional de Educação e em serviços referentes à análise e aplicação de provas diagnóstico. Os editais não fazem referência a participação dos professores ou de órgãos representativos na definição da política de formação docente municipal.

A falta de participação, principalmente dos professores, na definição desta política pode acarretar em uma escola desconexa com a realidade, onde a formação docente poderá estar atrelada exclusivamente à interesses mercantis, com cursos que não contribuam com as demandas dos profissionais de educação e/ou de uma educação de base democrática. Geralmente estes processos licitatórios se vinculam à uma concepção de menor preço, onde a qualidade destes cursos pode não ser ponderadas, visto que podem atender a todos os critérios legais dos editais, mas sem, na prática, considerar as reais demandas dos docentes em sala de aula e as necessidades de melhoria de qualidade da educação.

Esta análise documental demonstra que o setor privado tem se apropriado da execução destas políticas públicas, evidenciando que os processos de publicização estão presentes na educação municipal. Mesmo que não haja um gerenciamento direto de organizações privadas ou sociais da educação municipal, políticas como a alimentação, transporte escolar, materiais didáticos e formação docente tem sido gerido por empresas particulares.

Em Brumado há uma especificidade da lógica mercantil na educação. A Educação Em Tempo Integral funciona dividida pelos núcleos comuns e complementar, onde o núcleo comum é executado por professores concursados ou contratados diretamente pela prefeitura e o núcleo complementar, composto por oficinas, era executado, até a última gestão, por trabalhadores terceirizados contratados através de uma empresa particular, sendo alvo de denúncia por suspeitas de superfaturamento e fraude em licitação (Brumado Verdade, 2024).



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Na atual gestão, a Prefeitura realizou a Chamada Pública 003/2025 (Brumado, 2025), visando credenciar profissionais interessados em prestar serviços como monitores de reforço e oficinairos para execução das atividades do núcleo complementar, saindo de uma lógica privatizante para um processo de pejetização, o que ainda é problemático, pois subverte a proteção de direitos dos trabalhadores e o princípio constitucional do concurso público.

No que se relaciona à formação docente, a pesquisa identificou os editais 61/2022, 70/2022, 71/2022 e o Edital de Pregão Eletrônico 034/2025. Todos estes editais tem em comum a contratação de empresas particulares para execução de formação docente no município. Os editais de 2022 tem objetos semelhantes: Atender despesa com a contratação de empresa especializada em cursos e treinamentos nas áreas de formação de professores e gestores educacionais para ministrar Curso de Formação Continuada, em nível de pós-graduação, destinado aos Gestores Escolares e Professores, bem como aplicação e análise de provas diagnósticas destinadas aos alunos da Rede Municipal de Ensino do Município de Brumado.

Já o pregão eletrônico 034/2025 tem como objeto a futura e eventual contratação de materiais pedagógicos voltados à preparação dos alunos da rede municipal de ensino para a Prova SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Destaca-se que dentro dessa contratação de material pedagógico há a previsão de treinamento de professores.

Esta pesquisa traz evidências de que a política de formação docente institucionalizada pela Prefeitura Municipal segue uma cartilha gerencial de publicização da educação pública. No entanto, este trabalho inicial abre um campo de investigação de pesquisa, onde se evidencia que é preciso ir além da política oficial para demonstrar, por exemplo, como os professores se formam e sua adesão à política oficial, se estes editais foram efetivamente aplicados, entre outras questões.

Um aspecto relevante a se destacar é que há na cidade e na região universidades estaduais relevantes, como é o caso da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com campus na cidade e com curso de Pedagogia e Letras, além da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), com uma ampla gama de cursos e programas de pós-graduação, que poderia suprir uma demanda de formação docente ao município, sem a necessidade de estabelecimento de contratos com a iniciativa privada. Além disso, a cidade conta com um campus da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que também oferta cursos de licenciatura e de pós-graduação a nível de especialização.

Logo, nota-se que possivelmente a contratação de empresas privadas para a oferta de



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

formação docente é uma opção política, demonstrando que a lógica privatizante prevalece no gerenciamento das políticas educacionais municipais, demonstrada também pela terceirização/pejotização e pelo gerenciamento de particulares sobre os serviços indiretos relacionados à educação municipal.

Considerações Finais

Os processos de organização do Estado refletem as nuances das disputas que permeiam a organização da sociedade. Neste cenário a oferta de serviços públicos são marcadas por interesses que refletem uma lógica capitalista neoliberal gerencial, onde os direitos sociais devem ser publicizados, mantendo o financiamento estatal, mas gerido por organizações da sociedade e do mercado.

Sendo assim, este trabalho demonstrou que estes processos estão refletidos nas políticas educacionais municipais do município de Brumado, principalmente no que se relaciona à formação docente, visto que, nos últimos anos, tem sido publicado editais de licitação com intuito de contratar empresas privadas para a oferta de cursos e treinamentos para professores.

Neste contexto, evidencia-se que o setor público, caso fosse uma opção política, poderia estar estabelecendo parcerias com universidades públicas que atuam na região para suprir a demanda de formação docente. Além disso, este cenário de prevalência do privado sobre o público demonstra que pode não estar havendo participação dos trabalhadores na definição e execução destas políticas, o que poderá ser comprovado com novas pesquisas que se debruçam sobre esta temática.

É a formação docente um dos principais mecanismos de concretização de uma educação efetivamente pautada em princípios democráticos e de garantia de qualidade da educação pública. Logo, o controle destes processos pela classe trabalhadora é fundamental para a consolidação de uma sociedade efetivamente justa e solidária, como ditado pelos princípios constitucionais que regem o Estado brasileiro. A formação docente não pode estar sob o julgo dos interesses mercadológicos, que se apropria dos recursos públicos e das concepções de educação do país.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil aumenta investimento público em educação**. Rio de Janeiro, 13 nov 2024. Disponível em:
<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-11/brasil-aumenta-investimento-publico-em-educacao#:~:text=O%20Brasil%20teve%2C%20em%202022,23%25%20em%20rela%>>



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

C3%A7%C3%A3o%20a%202021>. Acesso em: 06 ago. 2025.

AGÊNCIA BRASIL. **Investimento público em educação cai no Brasil entre 2015 e 2021.**

Rio de Janeiro, 10 set. 2024. Disponível em:

<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2024-09/investimento-publico-em-educacao-cai-no-brasil-entre-2015-e-2021>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. A reforma do estado dos anos 90: lógica e mecanismos de controle. **Lua Nova** (45), 1998. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/ln/a/xQZRPfMdrHyH3vjKLqtmMWd/>>. Acesso em: 05 ago. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 49, n. 1, jan./mar. 1998. Disponível em: <

https://www.bresserpereira.org.br/papers/1997/97.Reforma_gerencial-RSP.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.

BRUMADO VERDADE. **Aucib denuncia possível Fraude em Licitação e superfaturamento milionário em contratos da LYCEU Educacional com a prefeitura de Brumado.** 12 out. 2024. Disponível em:

<<https://brumadoverdade.com.br/aucib-denuncia-possivel-fraude-em-licitacao-e-superfaturamento-milionario-em-contratos-da-lyceu-educacional-com-a-prefeitura-de-brumado/>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRUMADO. **Chamada Pública Credenciamento nº 003/2025:** "Credenciamento de Profissionais Interessados em Prestar Serviços para o Município de Brumado/Bahia como Monitores de Reforço e Oficineiros da Secretaria Municipal De Educação para Manutenção das Atividades Pedagógicas e Culturais no Ano de 2025. Disponível em:

<https://portalgov.srv.br/diariooficial/uploads/merged_1743711834.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRUMADO. **Decreto nº. 6.104, de 13 de setembro de 2023.** Dispõe sobre a implantação da Política de Educação Integral em Tempo Integral no Sistema Municipal de Ensino de Brumado, Estado da Bahia, e dá outras providências. Disponível em:

<<https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=diario&query=8356&c=109&m=0>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRUMADO. **Lei nº 1.752, de 30 de junho de 2015** - Reformula o Plano Municipal de Educação, na forma a seguir especificada, e adota outras providências. Disponível em:

<<https://sai.io.org.br/ba/brumado/site/LeiMunicipal/43093>>. Acesso em: 05 ago. 2025.

BRUMADO. **Lei nº. 1.780, de 22 de setembro de 2016** - Institui o novo Plano de Carreira, Cargos e Salários dos Professores da Educação Pública Municipal de Brumado e dá outras providências. Disponível em: <<https://sai.io.org.br/ba/brumado/site/LeiMunicipal/43084>>.

Acesso em: 06 ago. 2025.

BRUMADO. **Lei Orgânica Município de Brumado** - Bahia. Disponível em:

<https://www.brumado.ba.gov.br/docs/Lei_Organica_Municipio_de_Brumado_Bahia.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2025.



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colégio de Pedagogia
Vitória da Conquista

BRUMADO. **Pregão eletrônico nº. 034/2025.** Disponível em:

<<https://pncp.gov.br/pncp-api/v1/orgaos/14105704000133/compras/2025/33/arquivos/1>>.

Acesso em: 06 ago. 2025.

BRUMADO. **Pregão eletrônico nº. 61/2022.** Disponível em:

<<https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=f&query=fc0516d2-b433-4939-b171-98bdb570315d.pdf&name=PREG%C3%83O%20ELETR%C3%94NICO%2061-2022%20-%20CURSO%20PARA%20PROFESSORES.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRUMADO. **Pregão eletrônico nº. 70/2022.** Disponível em:

<<https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=f&query=e4275117-fc1c-4b5c-bc69-aac3f660cdb4.pdf&name=EDITAL.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

BRUMADO. **Pregão eletrônico nº. 71/2022.** Disponível em:

<<https://sai.io.org.br/Handler.ashx?f=f&query=35f6c0b9-f4d1-47ee-b99c-ee0335e3da18.pdf&name=EDITAL.pdf>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

CASAGRANDE, Ana Lara. Gestão democrática e formação de professores. **Sér.-Estud.**, Campo Grande, v. 26, n. 57, p. 147-165, maio 2021. Disponível em

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-19822021000200147&lng=pt&nrm=iso>. acessos em: 11 ago. 2025.

FERREIRA JR., A. A influência do marxismo na pesquisa em educação brasileira. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 13, n. 49, p. 35-44, 2013. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640319>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

IANNI, Octavio (Org.). **Karl Marx: sociologia**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1980. (Grandes cientistas sociais, 10).

IBGE. **Panorama da cidade de Brumado - BA.** Disponível em:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/brumado/panorama>>. Acesso em: 06 ago. 2025.

LIMA, P. G. O planejamento da educação brasileira (PNE 2001-2024). **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 15, n. esp.1, p. 704-718, 2020.

DOI: 10.21723/riaee.v15iesp.1.13344. Disponível em:

<<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13344>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

OLIVEIRA, Anna Cynthia; HADDAD, Sérgio. As organizações da sociedade civil e as ONGs de educação. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 112, p. 61-83, abr. 2001. Disponível em

<http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000100003&lng=pt&nrm=iso>. acesso em: 06 ago. 2025.

OLIVEIRA, Josiléia Curty de; FOERSTE, Erineu. A Formação Docente no cenário da educação brasileira: traços históricos e desafios da contemporaneidade. **Revista Leia Escola**, Campina Grande, v. 23, n. 2, p. 06-24, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.10443668. Disponível em:

<<https://revistas.editora.ufcg.edu.br/index.php/leia/article/view/2103>>. Acesso em: 6 ago. 2025.

PACÍFICO, Marsiel. **Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método.**



III SEMPED

FORMAÇÃO DOCENTE: COMPLEXIDADES,
PERSPECTIVAS E (DES)VALORIZAÇÃO.

15 A 19 DE SETEMBRO DE 2025



CCP
Colegiado de Pedagogia
Vitória da Conquista

Argumentos, ano 11, n. 21 - Fortaleza, jan./jun. 2019. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/view/41057/97297>. Acesso em 06 ago. 2025.

PAULA, J. A. A produção do conhecimento em Marx. **Cadernos Abess**. São Paulo, Cortez, 1992, p.17-42. Disponível em:
<http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-cadernosabepss-n5-a-producao-do-conhecimento-em-marx-201702011247561642280.pdf>. Acesso em: 06 ago. 2025.

PERONI, Vera. **Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003.

RODRIGUES, Larissa Zancan; PEREIRA, Beatriz; MOHR, Adriana. Recentes Imposições à Formação de Professores e seus Falsos Pretextos: as BNC Formação Inicial e Continuada para Controle e Padronização da Docência. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e35617, 1–39, 2021. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2021u12771315. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/35617>>. Acesso em: 6 ago. 2025.